



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 19ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA - DOD

1. IDENTIFICAÇÃO

Demanda (descrição da necessidade)	Buscar soluções que permitam aos servidores e magistrados, acessar serviços on-line com a garantia de autenticidade, integridade e não repúdio.	
Data de proposição	19/03/2025	
Requisitante	Unidade	SEGESP
	Gestor(a) da Unidade	Marcus Paulo Veríssimo de Souza
	Servidor (a) responsável	Erika Barradas Leão
	Ramal	8209

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

Certificado digital é um documento eletrônico que identifica pessoas, microcomputadores e empresas no mundo digital, provando sua identidade e permitindo acessar serviços on-line com a garantia de autenticidade, integridade e não repúdio.

A autenticidade garante a autoria de um documento, o acesso legítimo a um sistema, entre outros. A integridade garante que as informações não foram alteradas sem a devida autorização. O não repúdio impede que o autor do documento ou da autenticação do sistema conteste a sua validade negando sua autoria.

Os diversos sistemas atualmente em uso no Poder Judiciário nacional exigem que o Magistrado, o Servidor e o próprio Tribunal, como pessoa jurídica, bem como os documentos e informações gerados por estes, tenham a sua autenticidade comprovada. Essa comprovação é garantida mediante o uso de certificados digitais do tipo A3. Esses certificados precisam ser gerados e armazenados em dispositivos para atender às normas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), criada pela Medida Provisória n. 2.200- 2.

Através de levantamento feito em nossas planilhas, baseadas em relatórios das certificadoras, onde constam o período de validade de todos os certificados digitais emitidos, verificamos o seguinte:

De março até o final deste ano de 2025 irão vencer 295 (duzentos e noventa e cinco) certificados digitais, sendo 143 (cento e quarenta e três) certificados digitais emitidos pela certificadora Rio Madeira e 152 (cento e cinquenta e dois) certificados digitais emitidos pela Soluti, que precisam ser renovados este ano.

Só temos 188 (cento e oitenta e oito) vouchers disponíveis para emissão de novos certificados digitais, sendo 143 (cento e quarenta e três) pela Empresa certiminas e 45 (quarenta e cinco) pela Empresa Soluti.



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 19ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA - DOD

Se formos levantar os dados para o próximo ano, em 2026 irão vencer 149 (cento e quarenta e nove) certificados digitais, sendo 48 (quarenta e oito) dos emitidos pela Rio Madeira e 101 (cento e um) dos emitidos pela Soluti.

Se formos somar os certificados digitais que irão vencer neste ano (2025) com os do próximo ano (2026), totalizamos 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) certificados digitais e só temos disponíveis 188 (cento e oitenta e oito) vouchers para emissão de novos certificados.

Vale salientar que a demanda é ainda maior, uma vez que fora os certificados digitais que vencem, existem os casos de perda, extravio ou dano da mídia que resulta na inoperância do certificado digital, bem como os que precisam ser emitidos para novos servidores que chegam ao Tribunal, nomeados, cedidos ou removidos.

O TRT 19ª Região tem demanda contínua de emissão e renovação de certificados digitais para magistrados e servidores e os vouchers que temos disponíveis para emissão de novos certificados, não irão suprir a necessidade, razão pela qual se faz necessária a urgente contratação.

Ressaltando que se trata de uma demanda cuja a redundância é de suma importância.

3. ALINHAMENTO COM O PLANO ESTRATÉGICO DO TRT DA 19ª REGIÃO

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Impacto no objetivo estratégico
Processos Internos	Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	Aprimoramento de governança permitindo a realização de processos e prática de atos de gestão com maior rastreabilidade, segurança, confiabilidade, integridade, atualidade, celeridade, transparência e eficiência.

4. PLANO DE AQUISIÇÃO – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTÁ PREVISTO NO PLANO DE ANUAL DE CONTRATAÇÃO (PAC) ?	
(X) SIM	CÓDIGO: 8103 (mídia criptográfica - tokens – PAC 2025)
() NÃO	*JUSTIFICATIVA:

* indicar remanejamento orçamentário na própria unidade ou solicitar recursos suplementares.



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 19ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA - DOD

5. INFORMAR (Caso a resposta do item 4 seja sim)

Data prevista para que o Termo de Referência/Projeto Básico seja apresentado, conforme Calendário das Contratações:

Data 24/04/2025

Data prevista para que seja entregue o bem ou iniciada a prestação dos serviços da serem contratados:

Data 30/06/2025

6. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

PARTE INTERESSADA		NOME DO SERVIDOR
Integrante Requisitante		Marcus Paulo Veríssimo de Souza
Integrante Administrativo		Rodrigo Dantas Feitosa
Integrante Técnico		Eric Martins

Maceió, 24 de março de 2025.